

documentos
DE **prestação**
DE **contas**
2024

MUNICÍPIO DE MORTÁGUA


CONTAS CONSOLIDADAS

(Ao abrigo do artigo 75.º da Lei 73/2013, de 03 de setembro)




Conforme o preceituado artigo 75º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, a Câmara Municipal de Mortágua apresenta os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do ano financeiro 2024, em conformidade com as disposições previstas nas Normas de Contabilidade Pública 18 e 23 do SNC-AP.


Aprovado em Reunião de Câmara de 18/06/2025



André



Steve Neto



Steve Neto

Apreciado em Sessão de Assembleia Municipal de 27/06/2025



documentos
DE **prestação**
DE **contas**
2024

MUNICÍPIO DE MORTÁGUA

RELATÓRIO DE GESTÃO

CONTAS CONSOLIDADAS



MORTÁGUA
MUNICÍPIO

1 – DISPOSIÇÕES INICIAIS

O Município de Mortágua, relativamente ao exercício de 2024, apresenta as demonstrações financeiras consolidadas resultante da obrigatoriedade estabelecida no artigo 75º do RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado através da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, o qual estabelece que os municípios “apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”, em relação às entidades controladas ou participação em empresas locais (independentemente da percentagem de participação ou detenção do município).

A consolidação de contas é um instrumento essencial que permite a melhoria da informação contabilística prestada pela administração local, fornecendo com clareza a situação financeira do grupo através de contas únicas, complementares às individuais, como se de uma única entidade se tratasse. Assim surge a necessidade de se proceder à consolidação de contas sendo o método da equivalência patrimonial (MEP) o utilizado neste município.

O perímetro de consolidação do Município engloba para além do próprio Município, a Ecobeirão – Sociedade de Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão, EIM, SA, onde é detida uma participação de 2%.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP), aprovado pelo Decreto Lei nº 192/2015 de 11 de setembro e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) 18 e 23, bem como as notas explicativas da conta 41 da Portaria nº189/2021, de 14 de julho.

De acordo, com o regime financeiro das autarquias locais e das entidades municipais, estabelecidas pela Lei nº73/2013, de 3 de setembro, os documentos da prestação de contas consolidadas, podem ser aprovadas em momentos diferentes das contas individuais, sendo que no presente relatório trataremos das contas consolidadas, de modo a serem submetidas à apreciação dos órgãos deliberativos durante a sessão ordinária do mês de junho no ano seguinte àquele a que respeitam, como refere o artigo 76º do RFALEI.

2 – PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O perímetro de consolidação abrange o conjunto de entidades cujas contas são objeto de consolidação e face às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas, sendo que as entidades a integrar o perímetro dependem da relação de controlo entre a entidade participante e a entidade participada. O artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as devidas alterações, define quais são as entidades que fazem parte do perímetro de consolidação.

No caso do Município de Mortágua, e uma vez que não detém o controlo, de forma direta ou indireta de qualquer entidade, apenas é aplicável o n.º 6 do artigo anteriormente referido, que estabelece que *“devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo n.º 7 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o sector empresarial local e os serviços*

intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal”.

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório do Município de Mortágua é constituído pela Ecobeirão – Sociedade de Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão, EIM, SA, sendo detida uma participação de 2%, à data de 31 de dezembro do exercício económico a consolidar. Nenhum dos municípios que participa nesta sociedade controla individualmente a empresa, considerando-se, desta forma, que se verifica a existência de um acordo conjunto nos termos da NCP 24 — Acordos conjuntos.

Tratando-se de um acordo conjunto, como refere a nota técnica¹ da CCDRN "CONTABILIZAÇÃO DOS INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES| SNC-AP", "os municípios reconhecem os respetivos direitos aos ativos líquidos (património líquido/situação líquida) da empresa local criada como investimento e contabilizam-no mediante o método da equivalência patrimonial, nos termos da NCP 24 e da nota à conta 41 do SNC-AP (Portaria n.º 189/2016 de 14 de julho), devendo este método ser aplicado no município participante, quer nas suas contas individuais, quer nas contas consolidadas, "independentemente da percentagem de participação ou detenção do município", conforme determina expressamente o n.º 6 do artigo 75.º do RFALEI”.

Quadro 1 – Perímetro de consolidação

Entidade Participada	Valor da Participação	% Participação	Tipo de Entidade
Ecobeirão - Sociedade Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão, EIM, S.A.	1.000,00 €	2,00%	Empresa Local

Atendendo a que a Ecobeirão – Sociedade de Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão, EIM, S.A. é classificada como empresa local, nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Município de Mortágua procedeu à aplicação do MEP – Método de Equivalência Patrimonial à participação de 2,00%, detida naquela entidade.

Não se incluem no perímetro de consolidação outras entidades, designadamente a Cesab – Centro de Serviços do Ambiente, Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A., a CIM RC - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, AMRPB - Associação de Municípios do Planalto Beirão e a ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses por não se verificarem aqueles pressupostos.

¹ Disponível em <https://www.ccdr-n.pt/storage/app/media/contabilizacao-dos-interesses-em-outras-entidades-vf.pdf>

Apresentam-se de seguida as demonstrações financeiras individuais da Ecobeirão:

Balanço Ecobeirão – 2024

ECOBEIRÃO, EIM, S.A.
NIPC 503797756

BALANÇO INDIVIDUAL em 31 de Dezembro de 2024

Unidade Monetária Euro

Rubrica	Notas	31-12-2024	31-12-2023
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	7	15 748 951	17 150 280
Ativos Intangíveis	6	5 766 857	6 590 979
Investimentos Financeiros	10	1 105	1 105
Ativos por Impostos Diferidos	8	152 533	0
Total do Ativo não corrente		21 669 447	23 742 364
Ativo corrente			
Inventários	11	216 711	157 544
Clientes	17	3 190 916	1 770 168
Estado e outros entes públicos		0	200 932
Capital subscrito e não realizado		0	0
Outros créditos a receber	17	2 980	816
Diferimentos	12	2 427	31 893
Outros ativos correntes		0	0
Caixa e depósitos bancários	4	415 322	508 619
Total do Ativo Corrente		3 828 356	2 669 973
Total do Ativo		25 497 802	26 412 337
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital subscrito	18	50 000	50 000
Ações (quotas) próprias		0	0
Outros instrumentos de capital próprio	18	916 000	916 000
Premios de emissão		0	0
Reservas legais	18	10 000	10 000
Outras reservas	18	-389 579	484 514
Resultados transitados		0	0
Excedentes de revalorização		0	0
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	15, 18	11 427 747	11 239 273
Resultado líquido do período		376 171	874 093
Total do capital próprio		12 390 339	11 825 694
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	14	500 000	0
Financiamentos obtidos	9	168 324	333 151
Outras dívidas a pagar	17	1 678 504	2 452 897
Total do passivo não corrente		2 346 828	2 786 048
Passivo corrente		0	0
Fornecedores	17	3 842 876	3 909 342
Estado e outros entes públicos	16	78 063	13 779
Financiamentos obtidos	9; 17	166 724	154 963
Diferimentos	12	3 082 625	3 471 125
Outros passivos correntes	17	3 590 347	4 251 387
Total do passivo corrente		10 760 635	11 800 595
Total do passivo		13 107 463	14 586 643
Total do capital próprio e do passivo		25 497 802	26 412 337

Jorge Soares

D Contabilista Certificado Nº 40423

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

A Administração

[Handwritten signature]

Demonstração de Resultados Ecobeirão – 2024

ECOBEIRÃO, E.M., S.A.
NIPC 503797766

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de dezembro de 2024

Unidade Monetária: euro

Rubrica	Notas	2024	2023
Rendimentos e Gastos			
Vendas e serviços prestados	13	12 548 817	10 009 046
Subsídios à exploração	15	6 671	2 748
Variação nos inventários da produção	11	59 167	-147 024
Trabalhos para a própria entidade		0	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0	0
Fornecimentos e serviços externos	19	-10 114 987	-9 278 445
Gastos com o pessoal	20	-543 292	-577 973
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0	0
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0	0
Provisões (aumentos/reduções)	14	-500 000	0
Outras imparidades (perdas/reversões)		0	0
Aumentos/reduções de justo valor		0	0
Outros rendimentos	13; 17; 21	546 876	479 422
Outros gastos	21	-81 183	-102 996
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 922 069	384 778
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7; 8	2 619 433	-1 179 700
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		302 636	-794 922
Juros e rendimentos similares obtidos	21	2	2
Juros e gastos similares suportados	21	-54 822	-78 541
Resultado antes de impostos		247 817	-873 061
Imposto sobre o rendimento do período	16	128 355	-633
Resultado líquido do período		376 171	-874 093

Jorge Soares

O Contabilista Certificado Nº 40423

Assinado digitalmente por Jorge Soares

[Assinatura]

A Administração

[Assinatura]

3 – MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

Para efeitos de consolidação de contas 2024 com a entidade Ecobeirão – Sociedade de Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão, EIM, S.A, foi utilizado, nos termos da NCP 24 e da nota à conta 41 do SNC-AP (Portaria n.º 189/2016 de 14 de julho), o Método de Equivalência Patrimonial (MEP), que consiste na substituição no balanço do Município de Mortágua, do valor contabilístico das partes de capital detidas, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

O Município de Mortágua tem contabilizado na sua conta patrimonial 41 – Investimentos Financeiros, uma participação de 1.000,00€ na Ecobeirão – Sociedade de Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão, EIM, S.A.

Quadro 2 – Método de Equivalência Patrimonial

Entidade Participada	Valor da Participação	% Participação	Resultado Líquido	% Resultados
Ecobeirão - Sociedade Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão, EIM, S.A.	1.000,00 €	2,00%	376.171,00 €	7.523,42 €

Na aplicação do método de equivalência patrimonial foram efetuados ajustamentos nas seguintes contas do Balanço e Demonstração dos resultados do Município de Mortágua:

Classificação económica	Classificação patrimonial (Balanço)
Não aplicável	Pelo valor do ajustamento, proporcional à participação (2%) 41 - investimentos financeiros (débito); 7851 - Aplicação método da equivalência patrimonial (crédito); 57 - Ajustamentos em ativos financeiros (crédito)

4 – ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Apresentam-se a seguir os mapas consolidados cuja análise difere das contas individuais na exata medida dos ajustamentos de aplicação do método da equivalência patrimonial ao investimento financeiro na sociedade Ecobeirão.

4.1 – BALANÇO CONSOLIDADO

Os quadros seguintes apresentam a estrutura do Balanço Consolidado no ano de 2024

Quadro 3 – Estrutura do Balanço Consolidado no ano de 2024 – Ativo

ATIVO	31 de dezembro de 2024
Ativo não corrente	
Ativos Fixos Tangíveis	47.670.704,09 €
Propriedades de Investimento	900.855,38 €
Ativos Intangíveis	282.224,55 €
Participações Financeiras	597.403,28 €
	49.451.187,30 €
Ativo Corrente	
Inventários	181.973,34 €
Devedores por Transferências e Subsídios Não Reembolsáveis	5.784.637,76 €
Cientes, contribuintes e utentes	17.801,04 €
Estado e Outros Entes Públicos	0,00 €
Outras Contas a Receber	2.380.834,71 €
Diferimentos	27.150,29 €
Caixa e Depósitos	3.594.223,02 €
	11.986.620,16 €
TOTAL DO ATIVO	61.437.807,46 €

Quadro 4 – Estrutura do Balanço Consolidado no ano de 2024 – Património Líquido e Passivo

PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	31 de dezembro de 2024
Património/Capital	46.158.993,51 €
Reservas	819.339,09 €
Resultados Transitados	-6.728.223,28 €
Ajustamentos em Ativos Financeiros	251.034,56 €
Outras Variações no Património Líquido	13.259.225,56 €
Resultado Líquido do Exercício	-496.155,31 €
	53.264.214,13 €
Passivo Não Corrente	
Provisões	501.844,38 €
Financiamentos Obtidos	514.223,64 €
Outras Contas a Pagar	116.341,61 €
	1.132.409,63 €
Passivo Corrente	
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	0,00 €
Fornecedores	48.061,97 €
Estado e Outros Entes Públicos	51.452,98 €
Financiamentos Obtidos	114.271,92 €
Fornecedores de Investimentos	29.296,14 €
Outras Contas a Pagar	853.958,84 €
Diferimentos	5.944.141,85 €
	7.041.183,70 €
TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	61.437.807,46 €

O balanço consolidado espelha o valor e a natureza dos bens e dos direitos detidos (Ativo), bem como o valor e a natureza das obrigações perante terceiros (Passivo), sendo que a diferença entre estes dois agregados é designada de Património Líquido e demonstra o património e os resultados acumulados.

Da análise ao quadro 3, verifica-se que o ativo líquido total apresentado no balanço consolidado é de 61.437.807,46€, constituído maioritariamente por ativos não correntes. De referir que relativamente ao Ativo consolidado, está evidenciado o ajustamento efetuado na rubrica Participações Financeira, com base na percentagem de participação do Município de Mortágua no capital próprio da entidade Ecobeirão – Sociedade de Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão, EIM, S.A.

Da análise ao quadro 4, verifica-se que relativamente ao Património Líquido, no valor de 53.264.214,13€, a rubrica Ajustamentos em Ativos Financeiros, apresenta a contrapartida do ajustamento registado no Ativo conforme se descreveu.

O Passivo apresentado no balanço consolidado não sofreu qualquer alteração quando comparado com o balanço individual do Município de Mortágua.

4.2 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

A demonstração de resultados consolidada é um mapa que pretende complementar o balanço consolidado indicando a natureza dos diversos custos e perdas e proveitos e ganhos.

Quadro 5 – Síntese da Demonstração de Resultados Consolidada no ano de 2024

Rendimentos e Gastos	31 de dezembro de 2024
Impostos, Contribuições e Taxas	2.256.219,82 €
Vendas	438,83 €
Prestações de Serviços e Concessões	686.337,45 €
Rendimentos/ Gastos Imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos	7.523,42 €
Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	9.013.419,78 €
Trabalhos para a Própria Entidade	457.874,87 €
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	-410.317,30 €
Fornecimento e Serviços Externos	-3.899.295,69 €
Gastos com o Pessoal	-4.917.758,02 €
Transferências e Subsídios Concedidos	-2.196.834,15 €
Prestações Sociais	-352.225,80 €
Provisões (Aumentos/Reduções)	0,00 €
Outros Rendimentos	1.800.395,91 €
Outros Gastos	-264.642,56 €
	2.181.136,56 €
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	-2.708.578,08 €
	-527.441,52 €
Juros e rendimentos Similares Obtidos	70.678,97 €
Juros e Gastos Similares Suportados	-39.392,76 €
Resultado Líquido Consolidado	-496.155,31 €

O resultado líquido do exercício consolidado, apresenta um valor de -496.155,31€, diferente ao registado na demonstração de resultados individual do Município de Mortágua, em resultado da mensuração dos investimentos financeiros na sociedade Ecobeirão, efetuada por recurso ao método de equivalência patrimonial.

4.3 – DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

O mapa de Demonstração das Alterações no Património Líquido foi alterado em virtude da aplicação do MEP (Método de Equivalência Patrimonial) à participação de 2% detida na Ecobeirão.

4.4 – FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

Não se verifica qualquer alteração no mapa de Fluxos de Caixa em virtude da presente consolidação.

4.5 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

O mapa de Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental foi elaborado com os dados do Município de Mortágua, uma vez que não se verifica qualquer alteração em virtude da presente consolidação.

4.6 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

O mapa de Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza foi elaborado com os dados do Município de Mortágua, uma vez que não se verifica qualquer alteração em virtude da presente consolidação.

4.7 – ENDIVIDAMENTO M/L PRAZO CONSOLIDADO

Não se verifica qualquer alteração no mapa de Endividamento de Médio e Longo Prazo em virtude da presente consolidação.

4.8 – DÍVIDA BRUTA CONSOLIDADA

Não se verifica qualquer alteração na Dívida Bruta em virtude da presente consolidação.

documentos
DE **prestação**
DE **contas**
2024

MUNICÍPIO DE MORTÁGUA

BALANÇO

CONTAS CONSOLIDADAS



MORTÁGUA
MUNICÍPIO

Município de Mortágua

Balanco Consolidado em 31 de dezembro de 2024

Valores em €

Rubricas	Notas	Data	
		31-12-2024	31-12-2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	47.670.704,09	47.583.518,46
Propriedades de investimento	8	900.855,38	598.003,00
Ativos intangíveis	3	282.224,55	240.702,39
Ativos biológicos			
Participações financeiras	18	597.403,28	586.110,39
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Clientes, contribuintes e utentes			
Outras contas a receber			
		49.451.187,30	49.008.334,24
Ativo corrente			
Inventários	10	181.973,34	140.215,88
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	23.1	5.784.637,76	4.835.172,31
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes		17.801,04	20.785,91
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber	23.2	2.380.834,71	1.993.342,50
Diferimentos		27.150,29	23.455,98
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos	1	3.594.223,02	3.779.842,47
		11.986.620,16	10.792.815,05
		61.437.807,46	59.801.149,29
Total do Ativo			
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	23.3	46.158.993,51	46.105.307,16
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas	23.3	819.339,09	819.339,09
Resultados transitados	23.3	- 6.728.223,28	- 5.666.494,45
Ajustamentos em ativos financeiros		251.034,56	264.746,96
Excedentes de revalorização			
Outras variações no Património Líquido	23.3	13.259.225,56	12.128.663,16
Resultado líquido do período	23.3	- 496.155,31	- 1.079.210,70
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
		53.264.214,13	52.572.351,22
Total do Património Líquido			

Município de Mortágua

Balanco Consolidado em 31 de dezembro de 2024

Valores em €

Rubricas	Notas	Data	
		31-12-2024	31-12-2023
Passivo não corrente			
Provisões	15	501.844,38	501.844,38
Financiamentos obtidos	7	514.223,64	628.495,56
Fornecedores de investimentos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Fornecedores			
Outras contas a pagar		116.341,61	94.340,86
		1.132.409,63	1.224.680,80
Passivo corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		-	75.386,75
Fornecedores		48.061,97	51.681,27
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos		51.452,98	33.264,17
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	7	114.271,92	160.493,13
Fornecedores de investimentos		29.296,14	102.018,80
Outras contas a pagar	23.4	853.958,84	591.012,26
Diferimentos	23.5	5.944.141,85	4.990.260,89
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		7.041.183,70	6.004.117,27
		8.173.593,33	7.228.798,07
Total do Passivo			
		61.437.807,46	59.801.149,29
Total do património Líquido e Passivo			

documentos
DE **prestação**
DE **contas**
2024

MUNICÍPIO DE MORTÁGUA

DEMONSTRAÇÃO
DE RESULTADOS

CONTAS CONSOLIDADAS



MORTÁGUA
MUNICÍPIO

Município de Mortágua

Demonstração de resultados por natureza consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2024

Valores em €

Rubricas	Notas	Períodos	
		31-12-2024	31-12-2023
Impostos, contribuições e taxas	14	2.256.219,82	2.266.134,53
Vendas	13	438,83	834,97
Prestações de serviços e concessões	13	686.337,45	622.135,76
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		7.523,42	17.481,87
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	9.013.419,78	7.360.867,17
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade		457.874,87	550.560,51
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	- 410.317,30	- 481.599,63
Fornecimentos e serviços externos	23.6	- 3.899.295,69	- 4.008.807,06
Gastos com pessoal	23.7	- 4.917.758,02	- 3.751.089,91
Transferências e subsídios concedidos	23.8	- 2.196.834,15	- 2.425.812,27
Prestações sociais		- 352.225,80	- 285.185,86
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)	15	-	92.534,93
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	23.9	1.800.395,91	1.548.483,78
Outros gastos	23.10	- 264.642,56	- 40.688,17
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		2.181.136,56	1.430.886,88
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5/8	- 2.708.578,08	- 2.474.336,61
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		- 527.441,52	- 1.043.449,73
Juros e rendimentos similares obtidos		70.678,97	5.290,61
Juros e gastos similares suportados	7	- 39.392,76	- 41.051,58
Resultado antes de impostos		- 496.155,31	- 1.079.210,70
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		- 496.155,31	- 1.079.210,70
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			
		- 496.155,31	- 1.079.210,70

documentos
DE **prestação**
DE **contas**
2024

MUNICÍPIO DE MORTÁGUA

DEMONSTRAÇÃO
DAS ALTERAÇÕES
NO PATRIMÓNIO
LÍQUIDO

CONTAS CONSOLIDADAS



MORTÁGUA
MUNICÍPIO

documentos
DE **prestação**
DE **contas**
2024

MUNICÍPIO DE MORTÁGUA

DEMONSTRAÇÃO
DE FLUXOS DE CAIXA

CONTAS CONSOLIDADAS



MORTÁGUA
MUNICÍPIO

Município de Mortágua

Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2024

Valores em €

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2024	31/12/2023
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		684.495,53	614.861,59
Recebimentos de contribuintes		2.116.273,68	2.196.610,28
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		8.938.738,69	7.544.612,99
Recebimentos de utentes		133.632,96	142.900,10
Pagamentos a fornecedores		-4.126.655,14	-2.907.841,85
Pagamentos ao pessoal		-5.035.142,96	-4.142.547,09
Pagamentos a contribuintes / Utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-2.506.518,89	-2.581.748,24
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		204.823,87	866.847,78
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos		72.204,67	58.900,88
Outros pagamentos		-294.735,07	-778.080,52
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-17.706,53	147.668,14
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2.214.956,55	-2.693.159,61
Ativos intangíveis		-63.614,50	-39.008,80
Propriedades de investimento		-363.201,88	-390.849,00
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		19.002,46	785,25
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento		587.024,94	678.687,88
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		98.509,39	131.256,97
Transferências de capital		1.891.301,80	1.299.862,64
Juros e rendimentos similares		70.756,49	4.091,38
Dividendos		863,59	3.914,84
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		25.685,74	-1.004.418,45
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-160.493,13	-158.946,19
Juros e gastos similares		-38.427,93	-38.949,58
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-198.921,06	-197.895,77
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-190.941,85	-1.054.646,08
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.779.842,47	4.871.183,76
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3.594.223,02	3.779.842,47
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.779.842,47	4.871.183,76
- Equivalentes a caixa no início do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		3.779.842,47	4.871.183,76
De execução orçamental		3.677.310,12	4.798.650,27

Município de Mortágua**Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2024**

Valores em €

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2024	31/12/2023
De operações de tesouraria		102.532,35	72.533,49
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3.594.223,02	3.779.842,47
- Equivalentes a caixa no fim do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		3.594.223,02	3.779.842,47
De execução orçamental		3.469.643,68	3.677.310,12
De operações de tesouraria		124.579,34	102.532,35

documentos
DE **prestação**
DE **contas**
2024

MUNICÍPIO DE MORTÁGUA

ANEXOS

CONTAS CONSOLIDADAS



MORTÁGUA
MUNICÍPIO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos e mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC- AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para entidade, nomeadamente NCP 22 e 24.

As notas relativamente às quais se considere não existir informação que justifique a sua divulgação ou que não sejam significativas para a compreensão das demonstrações financeiras, não serão apresentadas, mantendo-se, contudo, o número de ordem das que forem utilizadas, conforme definido na NCP 1 e na medida em que a numeração tem correspondência com o número da respetiva NCP.

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

Designação da entidade: Município de Mortágua

Morada: Rua Dr. João Lopes de Morais 3450-153 Mortágua

Natureza: Autarquia Local

Telefone: 231927460

Página da internet: www.cm-mortagua.pt

Regime Financeiro: Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual

Regime Jurídico: Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Quadro 1 - Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2024	2023
Caixa	2.567,36 €	2.195,19 €
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	3.591.655,66 €	3.777.647,28 €
Outros depósitos		
Depósitos a prazo	-	-
Depósitos consignados	-	-
Total	3.594.223,02 €	3.779.842,47 €

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento

Os ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento são registados ao custo de aquisição líquido das respetivas depreciações e de perdas de imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este se encontre na sua condição de utilização.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização (que se qualifica) é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso.

Os custos são reconhecidos como ativos tangíveis e propriedades de investimento apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para o Município e quando o custo puder ser fiavelmente mensurado.

O Município procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos custos com a venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos em resultados.

As beneficiações e grandes reparações que aumentem o período de vida útil estimado ou as condições de operabilidade, ou das quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efetivação, são capitalizadas.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas numa base anual, utilizando o método das quotas constantes, de modo a que o valor dos bens seja depreciado até ao final da respetiva vida útil estimada, sendo, em regra, aplicadas as taxas constantes do Classificador Complementar 2, anexo ao SNC-AP.

A depreciação inicia-se no momento em que esse ativo se qualifique para o seu uso pretendido. As vidas úteis dos ativos são revistas à data do reporte, se as expectativas relativamente aos benefícios económicos esperados ou potencial de serviço, bem como ao uso técnico planeado dos ativos diferirem das estimativas anteriores.

Alterações nas depreciações do período são contabilizadas de forma prospetiva.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico líquido de depreciações do ativo, sendo reconhecidos em resultados do período

Ativos de concessão de serviços

A NCP - "Ativos de concessão de serviços - concedente" define os princípios a observar na contabilização dos contratos de concessão de serviço público.

No âmbito da NCP 4, IPSAS 32 e IFRC 12, estão os contratos de concessão de serviço que possuem as seguintes características:

- a) O objetivo do contrato é a prestação de um serviço público aos utilizadores em geral;
- b) O contrato de concessão regula o tipo e a qualidade dos serviços a serem prestados pelo concessionário;
- c) O concessionário é responsável pela conceção, desenho e construção/ requalificação das infraestruturas necessárias à prestação do serviço público;
- d) Os preços a praticar (tarifas) são aprovados pelo concedente;
- e) O concedente controla qualquer valor residual das infraestruturas independentemente de quem a construiu ou detém a titularidade uma vez que (a) o concessionário não pode onerar, alienar ou ceder as infraestruturas da concessão e (b) no final da concessão, as infraestruturas da concessão reverterem para o concedente.

A NCP 4 proporciona orientação quanto ao tratamento contabilístico a adotar pelos concedentes de serviços público com as características acima identificadas. Quando a NCP 4 é aplicada, o concedente reconhece nas suas demonstrações financeiras, como ativos fixos tangíveis, os ativos da concessão utilizados pela concessionária na prestação do serviço, por aquele deter o controlo sobre os mesmos.

Dado que a construção/aquisição das infraestruturas da concessão não qualifica como investimento em ativos próprios do concessionário, em substância o concessionário presta um serviço de construção e exploração que terá de registar de acordo com a IFRS15 / NCRF 19 - Contratos de construção.

O §14 da NCP 4 estabelece que, em troca do ativo de concessão de serviços, o concedente pode compensar o concessionário pelo ativo de concessão de serviços por qualquer combinação do seguinte:

- (a) Fazer pagamentos ao concessionário (o modelo do "passivo financeiro"),
- (b) Compensar o concessionário por outro meio (o modelo do "atribuição de um direito ao concessionário"), por exemplo:
 - (i) Dar ao concessionário o direito a obter rendimento a partir de terceiros utilizadores do ativo de concessão de serviços; ou
 - (ii) Dar ao concessionário acesso a um outro ativo gerador de rendimento para uso do concessionário.

Ativos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

Participações financeiras

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.

As participações em associadas estão mensuradas por recurso ao método da equivalência patrimonial.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Contas a receber e a pagar

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente, quando materialmente relevante, mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade.

Atualmente, no que concerne aos financiamentos obtidos e outras contas a pagar e a receber as mesmas estão mensuradas pelo seu valor nominal considerando que o efeito do valor temporal do dinheiro não é materialmente relevante. O custo de financiamento dos Municípios para maturidades semelhantes ou superiores têm taxa de juro inferior a 1% e mesmo zero no caso dos empréstimos BEI e subvenções reembolsáveis.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição ou, quando aplicável, ao valor realizável líquido, dos dois, o mais baixo.

O custo dos inventários inclui os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

As quantidades existentes no final do período são determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por conciliação com a aplicação de gestão de stocks e por contagem física. As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição, essa diferença é reconhecida em perdas por imparidade na demonstração separada dos resultados, as quais serão reduzidas ou anuladas quando deixarem de existir os motivos que as originaram.

Base do acréscimo

O Município regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pelo qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rúbricas Outras contas a receber, Outras contas a pagar ou Diferimentos.

Estabelece a nota explicativa à conta 5939, prevista na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho que "esta conta é creditada pela quantia de outros subsídios ou transferências de capital recebidos, nomeadamente as transferências para investimentos, mas não consignadas, como é o exemplo das transferências do Estado para os municípios no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

No caso de a entidade proceder a uma afetação da verba a um ativo depreciable ou amortizável, e conseguir fazer prova dessa afetação, a transação equipara-se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que essa parte deverá ter tratamento idêntico, ou seja, esta conta debita-se numa base sistemática em contrapartida da conta 7883 Imputação de subsídios e transferências para investimentos, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos que foram financiados e na respetiva proporção. Nesta conformidade, a afetação do FEF e da transferência de capital prevista no artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro foi efetuada a diversos investimentos não financiados por outras fontes não reembolsáveis. Em conformidade ainda com a base do acréscimo, procedeu-se à afetação, por reconhecimento em rendimentos do exercício, de parte do FEF e da transferência de capital prevista no artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, referente às transferências de capital concedidas pelo Município reconhecidas como gastos do exercício.

FEF Capital 2024	59391112	555.672,00 €
Artigo 35º 2024	5939112	922.703,13 €
		1.478.375,13 €

Afetação FEF Capital

Descrição	Nº Bem	Tipo	Vida Útil	Conta	Data	Valor	Valor imputado	Imputação FEF 2024
Alpendre Escola Basica Dr Afonso Abrantes	1421	GR	37	4323	31-12-2024	177.291,62 €	177.291,62 €	4.791,67 €
Beneficiação da Escola da Felgueira	744	GR	47	4323	31-12-2024	18.018,23 €	18.018,23 €	383,37 €
EEAR - Cortegaça	4912	Novo	20	43035	31-12-2024	115.236,03 €	115.236,03 €	5.761,80 €
Praça de Taxis de Mortágua	4910	Novo	10	43029	31-12-2024	47.705,60 €	47.705,60 €	4.770,56 €
Arrelvamento do Campo de Jogos do Parque Verde	1047	GR	1	4329	31-12-2024	20.140,00 €	20.140,00 €	20.140,00 €
Rua da Igreja - Marmeleira	1444	GR	20	43031	19-03-2024	36.677,26 €	36.677,26 €	1.833,86 €
Rua Senhora da Ribeira - Marmeleira	4905	Novo	20	43031	19-03-2024	10.595,76 €	10.595,76 €	529,79 €
Rede de Águas Pluviais - Complexo Desportivo EB Dr. Afonso Abrantes	4911	Novo	20	43035	31-12-2024	18.822,43 €	18.822,43 €	941,12 €
Escavadora - Mini Giratória	20377	Novo	4	4342	07-08-2024	46.260,00 €	46.260,00 €	11.565,00 €
Citroen Berlingo 44-TN-08	20295	Novo	5	4342	15-03-2024	14.500,00 €	14.500,00 €	2.900,00 €
Citroen Berlingo 92-GM-60	20294	Novo	5	4342	15-03-2024	7.750,00 €	7.750,00 €	1.550,00 €
Pinça Florestal	20314	Novo	7	4336	28-02-2024	4.790,85 €	4.790,85 €	684,41 €
Cabeça Destroçadora	20378	Novo	4	4342	07-08-2024	3.390,00 €	3.390,00 €	847,50 €
Tablet Profissional	20435	Novo	4	4351	17-05-2024	3.068,85 €	3.068,85 €	767,21 €
Tablet Profissional	20436	Novo	4	4351	17-05-2024	3.068,85 €	3.068,85 €	767,21 €
Bomba Circuladora	21954	Novo	8	4372	06-11-2024	2.890,75 €	2.890,75 €	361,34 €
Fotocopiadora Canon	22032	Novo	4	4351	22-10-2024	2.829,00 €	2.829,00 €	707,25 €
Mapa de Cortar Pavimento	22030	Novo	7	4336	09-10-2024	2.736,75 €	2.736,75 €	390,96 €
Pulverizador Tomix	20305	Novo	7	4336	01-02-2024	2.683,75 €	2.683,75 €	383,39 €
Bomba Europro	21959	Novo	8	4372	07-04-2024	2.405,31 €	2.405,31 €	300,66 €
Desfibrilhador	20319	Novo	5	4333	08-03-2024	2.207,85 €	2.207,85 €	441,57 €
Desfibrilhador	20487	Novo	5	4333	08-03-2024	2.207,85 €	2.207,85 €	441,57 €
Desfibrilhador	20488	Novo	5	4333	08-03-2024	2.207,85 €	2.207,85 €	441,57 €
Desfibrilhador	20489	Novo	5	4333	08-03-2024	2.207,85 €	2.207,85 €	441,57 €
Placa Compactadora	22031	Novo	8	4337	06-11-2024	2.029,50 €	2.029,50 €	253,69 €
Bomba Circuladora	20315	Novo	8	4372	19-02-2024	1.890,49 €	1.890,49 €	236,31 €
Bomba Circuladora	20316	Novo	8	4372	19-02-2024	1.890,49 €	1.890,49 €	236,31 €
Escada Multusos	20921	Novo	8	4372	21-03-2024	179,75 €	169,08 €	21,14 €
						555.682,67 €	555.672,00 €	62.890,84 €

Afetação Artigo 35º Capital

Descrição	Nº Bem	Tipo	Vida Útil	Conta	Data	Valor	Valor imputado	Imputação Art 35º 2024
Complexo Desportivo Escola Basica Dr. Afonso Abrantes	4903	Novo	10	4329	31-12-2024	913.112,68 €	913.112,68 €	91.311,27 €
Rua Nossa Senhora dos Remédios - Moitinhil	4907	Novo	20	4325	31-12-2024	10.397,54 €	9.590,45 €	479,52 €
						923.510,22 €	922.703,13 €	91.790,79 €

Conta: 59391112

Designação: Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) – Alocado

Período: 01/01/2024 a 31/12/2024

Data de Emissão: 16/03/2025

Página 1 de 1

Data	D.	Lanc.	Tipo Doc.	Referência Doc.	Descrição do movimento	Débito (€)	Crédito (€)	Saldo (€)
					Saldo Anterior.....	0,00	0,00	0,00
01/01/2024	15	173	SLD.ABERT.	Sal.Abert.	Saldo de abertura		1.868.242,72	1.868.242,72 C
31/12/2024	13	8396	REGUL	RegEsp_FEF24	Especialização dos proveitos relativos às obras financiadas por esta receita		555.672,00	2.423.914,72 C
31/12/2024	13	8499	REND.DIF.	SUBSIDIOS24	Subsídios 2024	271.526,70		2.152.388,02 C
					Totais do período.....	271.526,70	2.423.914,72	2.152.388,02 C
					Total.....	271.526,70	2.423.914,72	2.152.388,02 C

Conta: 59391122

Designação: Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013 – Alocado

Período: 01/01/2024 a 31/12/2024

Data de Emissão: 16/03/2025

Página 1 de 1

Data	D.	Lanc.	Tipo Doc.	Referência Doc.	Descrição do movimento	Débito (€)	Crédito (€)	Saldo (€)
					Saldo Anterior.....	0,00	0,00	0,00
01/01/2024	15	173	SLD.ABERT.	Sal.Abert.	Saldo de abertura		1.671.607,57	1.671.607,57 C
31/12/2024	13	8397	REGUL	RegEsp_Art35/24	Especialização dos proveitos relativos às obras financiadas por esta receita		922.703,13	2.594.310,70 C
31/12/2024	13	8499	REND.DIF.	SUBSIDIOS24	Subsídios 2024	219.902,75		2.374.407,95 C
					Totais do período.....	219.902,75	2.594.310,70	2.374.407,95 C
					Total.....	219.902,75	2.594.310,70	2.374.407,95 C

Nota 3 - Ativos intangíveis

Em 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes:

Quadro 2 - Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	241.536,26	230.232,56	0,00	11.303,70	241.536,26	230.232,56	0,00	11.303,70
Programas de computador e sistemas de informação	419.376,26	408.142,00	0,00	11.234,26	454.302,40	438.418,92	0,00	15.883,48
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	218.164,43	0,00	0,00	218.164,43	255.037,37	0,00	0,00	255.037,37
Total:	879.076,95	638.374,56	0,00	240.702,39	950.876,03	668.651,48	0,00	282.224,55

Quadro 3 - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por imparidade	Amortiz. período	Diminuições	
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	11.303,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.303,70
Programas de computador e sistemas de informação	11.234,26	34.926,14	0,00	0,00	0,00	0,00	-30.276,92	0,00	15.883,48
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	218.164,43	36.872,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	255.037,37
Total:	240.702,39	71.799,08	0,00	0,00	0,00	0,00	-30.276,92	0,00	282.224,55

Quadro 4.1 - Adições

RUBRICAS	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	22.643,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.283,05	34.926,14
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	36.872,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.872,94
Total:	0,00	59.516,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.283,05	71.799,08

Quadro 4.2 - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferencia ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais.

Quadro 5 - Acordos de concessão de serviços

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão
Concessão Energia Elétrica em Baixa Tensão	E-Redes	Infraestruturas de energia elétrica em baixa tensão	Prorrogado DL nº 15/2022, 14/01
Concessão Água em Alta	Águas do Planalto	Infraestruturas de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais em alta	Termina em 01/05/2028

O Município tem em vigor acordo de concessão para o contrato de distribuição em baixa com a E-Redes - Distribuição de Eletricidade, SA, designadamente quanto à aplicação do Modelo de Atribuição de um direito ao concessionário, relativamente a novos ativos de concessão de serviços desenvolvidos pelo concessionário. No âmbito deste contrato foram entregues à exploração da concessionária os ativos fixos tangíveis exclusivamente afetos às atividades concessionadas, recebendo em troca rendas de concessão.

Após solicitação, o Município obteve informação por parte da Concessionária, no entanto e de acordo com o Princípio da Prudência, não procedeu aos respetivos registos contabilísticos, conforme previsto na NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços, porquanto a informação proporcionada pela Concessionária e de acordo com a Orientação Técnica nº1 da Comissão de Normalização Contabilística, *“Entende-se que, nesta situação muito específica, poderão não estar preenchidos os critérios para o reconhecimento de todos os ativos e passivos associados aos contratos de concessão ao abrigo da NCP 4, dado poderem existir incertezas significativas e/ou situações dependentes de eventos futuros que impedirão aquele reconhecimento”*.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.

Quadro 6 - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	2.679.313,79	0,00	0,00	2.679.313,79	2.679.313,79	0,00	0,00	2.679.313,79
Edifícios e outras construções	5.200.139,95	1.907.767,78	0,00	3.292.372,17	5.280.182,34	2.031.556,67	0,00	3.248.625,67
Infraestruturas	56.569.757,49	38.398.744,24	0,00	18.171.013,25	56.940.275,79	39.907.489,66	0,00	17.032.786,13
Património histórico, artístico e cultural	91.262,73	0,00	0,00	91.262,73	91.262,73	0,00	0,00	91.262,73
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	1.729.670,83	0,00	0,00	1.729.670,83
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	3.810.322,08	0,00	0,00	3.810.322,08	3.810.322,08	0,00	0,00	3.810.322,08
Edifícios e outras construções	25.437.789,57	9.228.201,45	0,00	16.209.588,12	27.276.671,57	9.881.713,77	0,00	17.394.957,80
Equipamento básico	2.581.959,50	2.151.963,92	0,00	429.995,58	2.858.715,19	2.396.054,12	0,00	462.661,07
Equipamento de transporte	2.403.038,35	1.848.915,79	0,00	554.122,56	2.451.528,06	1.968.554,61	0,00	482.973,45
Equipamento administrativo	1.209.801,71	1.064.144,41	0,00	145.657,30	1.276.642,49	1.140.756,74	0,00	135.885,75
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	749.308,51	616.250,95	0,00	133.057,56	818.416,59	694.849,54	0,00	123.567,05
Ativos fixos tangíveis em curso	2.066.813,32	0,00	0,00	2.066.813,32	479.677,74	0,00	0,00	479.677,74
Total:	102.799.507,00	55.215.988,54	0,00	47.583.518,46	105.691.679,20	58.020.975,11	0,00	47.670.704,09

Quadro 7 - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transf. Internas	Revalorizações	Reversões perdas	Perdas por imparidade	Deprec. período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural									
Terrenos e recursos naturais	2.679.313,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.679.313,79
Edifícios e outras construções	3.262.372,17	32.336,79	47.705,80	0,00	0,00	0,00	-123.768,89	0,00	3.248.625,67
Infraestruturas	18.171.013,25	25.139,82	345.378,39	0,00	0,00	0,00	-1.508.745,42	0,00	17.032.786,13
Património histórico, artístico e cultural	91.262,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	91.262,73
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	1.571.653,87	158.018,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.729.670,83
Ativos fixos em concessão									
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	7.392.924,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-7.392.924,17	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis									
Terrenos e recursos naturais	3.810.322,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.810.322,08
Edifícios e outras construções	16.209.588,12	51.858,73	1.787.225,27	0,00	0,00	0,00	-853.512,32	0,00	17.394.957,80
Equipamento básico	429.995,58	322.029,85	0,00	0,00	0,00	0,00	-244.000,20	-45.274,18	462.661,07
Equipamento de transporte	554.122,56	122.465,43	0,00	0,00	0,00	0,00	-119.838,82	-73.085,72	482.973,45
Equipamento administrativo	145.657,30	98.013,90	0,00	0,00	0,00	0,00	-78.812,33	-2.173,12	135.885,75
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	133.057,56	86.228,78	0,00	0,00	0,00	0,00	-78.608,66	-120,88	123.567,05
Ativos fixos tangíveis em curso	2.066.813,32	750.190,63	-2.338.328,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	479.677,74
Total:	47.583.518,46	10.408.830,05	0,00	0,00	0,00	0,00	-2.304.868,67	-7.514.457,85	47.670.704,09

Quadro 8 - Adições

RUBRICAS	Adições										Total	
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Expropri.	Doação	Doação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras		
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural												
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.336,79	32.336,79
Infraestruturas	0,00	3.068,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.073,75	25.139,62
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	395.243,58	1.109.976,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.433,56	1.571.653,87
Ativos fixos em concessão												
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.392.924,17	7.392.924,17
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis												
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.656,73	51.656,73
Equipamento básico	0,00	81.087,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	240.942,70	322.029,85
Equipamento de transporte	0,00	74.624,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47.830,84	122.455,43
Equipamento administrativo	0,00	44.523,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.490,48	69.013,90
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	30.205,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.023,55	66.228,76
Ativos fixos tangíveis em curso	184.745,30	565.445,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	750.190,63
Total:	579.988,88	1.908.926,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.917.712,57	10.408.630,55

Quadro 9 - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições					Total
	Alienações a título oneroso	Transferencia ou troca	Devolução ou reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas		0,00	0,00	0,00	0,00	-7.392.924,17
Património histórico, artístico e cultural		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico		-45.173,55	0,00	0,00	0,00	-100,61
Equipamento de transporte		-73.616,87	0,00	0,00	0,00	-348,85
Equipamento administrativo		0,00	0,00	0,00	0,00	-2.173,12
Equipamentos biológicos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros		0,00	0,00	0,00	0,00	-120,68
Ativos fixos tangíveis em curso		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		-119.790,42	0,00	0,00	0,00	-7.395.667,43

Sintetiza-se a seguir, a relação de bens imóveis de domínio privado, não registados na conservatória do registo predial:

Nº Inv.	Descrição	Valor Pat líquido
1021	Terreno - Fossas Cépticas Tojeira	250,00 €
1130	Terreno - Expansão Parque Industrial	12.650,00 €
1183	Terreno - Implantação da Conduta ao Reservatório de Água	3.000,00 €
1218	Terreno - Sistema de Bombagem p/ Reservatório	500,00 €
1367	Campo de Jogos da Gandarada	581.044,04 €
1368	Campos de Tenis - Zona Desportiva	26.798,91 €
1506	Terreno - Junto ao Campo Municipal de Mortágua	2.650,00 €
1507	Terreno - Junto ao Campo Municipal de Mortágua	2.650,00 €
1557	Escola Primária e Pré Escolar da Gandara	68.445,60 €
1559	Terreno - Parque Urbano Quinta das Nogueiras	5.000,00 €
1560	Terreno - Parque Urbano Quinta das Nogueiras	10.000,00 €
1777	Terreno - Parque Urbano Quinta das Nogueiras	5.000,00 €
1896	Quiosque (Regeração Urbana PARU)	26.282,72 €
2008	Escola Primária de Almaça	6.236,10 €
2009	Terreno Escola Primária de Almaça	3.997,50 €
2053	Anexo Apoio ao Campo de Ténis	18.801,00 €
2072	Edifício de Apoio largo Capela - Cruz Vila Nova	27.321,39 €
		800.627,26 €

O mapa seguinte identifica a relação de imóveis cedidos a entidades terceiras:

Lista de Cedência de Utilização de Edifícios Escolares

Designação Edifício	Artigo Municipal	Designação Entidade Cessionária	Data Reunião Câmara/Deliberação Cedência	Data Protocolo/ Escrit. Direito Superfície	Nº. Bem CC2
Escola Primária de Cerdeira	Art.º 323, Freg. Trezoi	Agrupamento de Escuteiros de Mortágua n.º 1241 do Corpo Nacional de Escutas	16/05/2004	08/09/2004	829
Escola Primária de Cercosa	Art.º 143, Freg. Cercosa	Freguesia de Cercosa	04/03/2009	28/05/2009	733
Escola Primária de Sobrosa	Art.º 768, Freg. Espinho	Associação Cultural e Desportiva da Sobrosa	03/11/2020	28/06/2011	783
Escola Primária Mortágua – 1 sala	Art.º 871, Freg. Mortágua	Coral Juvenil Sílvia Marques	06/06/2012	06/07/2012	732
Escola Primária Mortágua – 1 sala	Art.º 871, Freg. Mortágua	Ortão Politécnico de Mortágua	06/06/2012	06/07/2012	732
Escola Primária e Pré-Escolar da Marmeleira	Art.º 302, Freg. Marmeleira	Rancho Foid e Bolog. "Os Irmãos" Marmeleira	06/06/2012	06/07/2012	430
Escola Primária do Barracão	Art.º 769, Freg. Espinho	Associação Cultural e Recreativa do Barracão	06/06/2012	06/07/2012	773
Escola Pri. e Pré-Escolar de V. Apares	Art.º 2609, Freg. Mortágua	Teatro Experimental de Mortágua	06/06/2012	06/07/2012	1003
Escola Primária da Gândara	Art.º 938, Freg. Mortágua	Agrupamento de Escuteiros de Mortágua n.º 1241 do Corpo Nacional de Escutas	06/06/2012	06/07/2012	1337
Pré-Primária de Mortágua/1.º Piso do Centro de Animação Infantil)	Art.º 2160, Freg. Mortágua	Freguesia de Mortágua	13/11/2012	02/09/2013	422
Escola Primária de Espinho	Art.º 737, Freg. de Espinho	Freguesia de Espinho	20/03/2013	02/09/2013	763
Escola Primária de Vale de Remígio	Art.º 379, Freg. V. Remígio	Associação Desp. Rec. Cultural Vale Remígio	07/08/2013	23/09/2013	835
Escola Primária de Vila Meã	Art.º 882, Freg. Sobral	Santa Casa da Misericórdia de Mortágua	21/01/2015	04/02/2015	739
Pré-Primária da Gândara	Art.º 1979, Freg. Mortágua	Agrupamento de Escuteiros de Mortágua n.º 1241 do Corpo Nacional de Escutas	18/11/2015	22/02/2016	1337
Escola Primária de Caparrosinha	Art.º 300, Freg. Marmeleira	Associação Pescamor e Associação Rancho Folclórico os Ribeirinhos de Caparrosinha	18/02/2015	18/02/2015	808
Pré-Primária de Vila Meã	Art.º 1743, Freg. Sobral	Confraria da Lampantana	21/11/2018	19/05/2019	739

Em 2024, os ativos fixos tangíveis totalmente depreciados, ainda em uso, totalizavam 14.088 bens. A listagem dos mesmos está depositada para consulta e disponibilização nos serviços financeiros do Município.

Existem bens arrolados no inventário inicial cujo valor é zero, dada a impossibilidade da sua valorização, tratam-se essencialmente de bens em uso à data do balanço inicial cuja materialidade não era relevante.

O inventário dos investimentos (bens móveis e imóveis), direitos e obrigações encontra-se depositado nos serviços financeiros deste Município e disponíveis para consulta.

Nota 6 - Locações

O Município não tem contratos de locação operacional.

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Informação no ANEXO III.

Nota 8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

O Município de Mortágua tem ativos enquadráveis em propriedades de investimento.

Propriedades de Investimento - Quantia escriturada e variações do período

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final	Gastos do Período
		Adições	Transf. Internas	Depreciações período	Perdas imparidade	Dif. cambiais	Diminuições		
Propriedades de Investimento									
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	598.003,00	302.852,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900.855,38	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	598.003,00	302.852,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900.855,38	0,00

Propriedades de Investimento - Adições

RUBRICAS	Adições									Total
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	
Propriedades de Investimento										
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	300.266,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.589,60	302.852,38
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais:	0,00	300.266,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.589,60	302.852,38

Propriedades de Investimento - Diminuições

RUBRICAS	Diminuições					Total
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras		
Propriedades de Investimento						
Bens de domínio público		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Propriedades de Investimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 9 – Imparidade de ativos

Imparidade de Ativos

Classes	Quantia Bruta	Perdas por Imparidade Acumulada	Reversão de imparidades	Quantia Recuperável
Depósitos à ordem	3.591.655,66	0,00	0,00	3.591.655,66
Outros depósitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros instrumentos financeiros a curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	5.784.637,76	0,00	0,00	5.784.637,76
Clientes, contribuintes e utentes	17.801,04	0,00	0,00	17.801,04
Fornecedores	48.061,97	0,00	0,00	48.061,97
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber e a pagar	1.340.249,39	0,00	0,00	1.340.249,39
Inventários estratégicos e bens a transferir	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	181.973,34	0,00	0,00	181.973,34
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros	350.596,50	0,00	0,00	350.596,50
Propriedades de investimento	900.855,38	0,00	0,00	900.855,38
Ativos fixos tangíveis	45.462.355,52	0,00	0,00	45.462.355,52
Ativos intangíveis	27.187,18	0,00	0,00	27.187,18
Investimentos em curso	2.463.385,94	0,00	0,00	2.463.385,94
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	60.168.759,68	0,00	0,00	60.168.759,68

Nota 10 - Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2024 – custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Quadro 13 – Inventários

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	-		
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	181.973,34 €		
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	181.973,34 €		

Quadro 14 – Inventários - movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período						Quantia escriturada final	
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários		Outros aumentos de inventários
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)		(7)
Mercadorias									
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	140.215,88 €	450.870,88 €	410.317,30 €					1.203,88 €	181.973,34 €
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalhos em curso									
TOTAL	140.215,88 €	450.870,88 €	410.317,30 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.203,88 €	181.973,34 €

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 15 - Rendimentos de transações com contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
704 Taxas, multas e outras penalidades					
7043 Taxas específicas das autarquias locais	124.653,68	0,00	0,00	0,00	0,00
7044 Multas e outras penalidades	9.600,47	0,00	0,00	0,00	0,00
71 Vendas					
711 Mercadorias	438,83	0,00	0,00	0,00	0,00
72 Prestação de serviços					
7203 Serviços específicos das autarquias locais	623.162,64	0,00	0,00	0,00	0,00
7206 Vistorias e ensaios	813,95	0,00	0,00	0,00	0,00
7212 Arrendamento	62.360,86	0,00	0,00	0,00	0,00
78 Outros rendimentos					
784 Ganhos em inventários	1.240,32	0,00	0,00	0,00	0,00
786 Rendimentos nos restantes ativos financeiros	863,59	0,00	0,00	0,00	0,00
787 Rendimentos em investimentos não financeiros	691.928,79	0,00	0,00	0,00	0,00
7881 Correções relativas a períodos anteriores	210.898,07	0,00	0,00	0,00	0,00
79 Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
79 Juros, dividendos e outros rendimentos similares	70.678,97	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	1.796.640,17	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Importa salientar que o IMT é um imposto indireto porque incide sobre o consumo e não sobre o rendimento, como por acontece com o IMI. Desta forma, ainda que o classificador económico (orçamental) das receitas e despesas públicas, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, preveja a classificação orçamental do IMI em impostos diretos, na perspetiva financeira e económica a seguir sintetizada, tal rendimento é classificado em impostos indiretos.

Quadro 16 - Rendimentos de transações sem contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
701 Impostos Diretos					
70103 Derrama	453.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70105 Imposto municipal sobre imóveis	1.165.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
70106 Imposto único de circulação	265.345,78	0,00	0,00	0,00	0,00
702 Impostos Indiretos					
70210 Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	237.819,89	0,00	0,00	0,00	0,00
74 Trabalhos para a própria entidade	457.874,87	0,00	0,00	0,00	0,00
75 Transferências e subsídios correntes obtidos					
75111 Estado	6.197.658,13	0,00	0,00	0,00	0,00
7514 Resto do Mundo	6.650,68	0,00	0,00	0,00	0,00
7519 Outras entidades	2.809.110,97	0,00	0,00	0,00	0,00
78 Outros rendimentos					
7883 Imputação de subsídios e transferências para investimentos	852.704,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	12.445.964,82	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, não foi necessário ajustar a provisão, que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Não foram constituídas provisões para os restantes processos judiciais em curso, nomeadamente, interpostos por terceiros ao Município, uma vez que o valor envolvido de indemnizações reclamadas é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade.

Quadro 17 - Provisões

Provisões	Quantia Escriturada Inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia Escriturada Final
		Reforços	Aumentos	Outros Aumentos	Total Aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total Diminuições	
Impostos, taxas, contribuições e juros de mora	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	501.844,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	501.844,38
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação e reorganização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	501.844,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	501.844,38

Nota 17 - Acontecimentos após a data de relato

Não se registaram acontecimentos após a data de relato e antes de aprovação das contas que devam ser divulgados.

Nota 18 - Instrumentos financeiros

Políticas contabilísticas e bases de mensuração

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- a) Ativos financeiros são registados da seguinte forma:
 - i) As participações de capital em entidades controladas, associadas ou acordos conjuntos quando não são negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, são mensurados ao custo menos perdas por imparidade.
 - ii) As restantes participações, inicialmente pelo seu custo de aquisição e subsequentemente pelo seu valor nominal, o qual corresponde ao custo menos perdas por imparidade ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade. No final de cada período de relato são analisados todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados, de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade.
 - iii) Clientes e outras contas a receber ou a pagar, bem como empréstimos bancários são mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos as perdas por imparidade.
- b) Passivos financeiros - são registados inicialmente pelo seu justo valor e subsequentemente pelo custo amortizado, quando o valor temporal do dinheiro seja material, usando o método do juro efetivo, exceto quanto aos passivos financeiros classificados como detidos para negociação, os quais devem ser mensurados pelo justo valor com as alterações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Quadro 17 - Participações

Ano: 2024
De 01-01-2024 a 31-12-2024

Entidade participada Denominação	N.I.P.C	Tipo de Entidade	CAE	Capital	Participação no final do exercício			Forma da realização do capital		Obs
					Valor nominal subscrito	%	Valor nominal realizado	Meios monetários (montante)	Em espécie (montante)	
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Cesab - Centro de Serviços do Ambiente	502883308	Societária	71200	745.000,00 €	22.500,00 €	3,02%	22.500,00 €			
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, SA	504355660	Societária	35220	11.579.500,00 €	5.000,00 €	0,04%	5.000,00 €			
Ecobeirão - Sociedade de Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão, SA	503797766	Societária	37200	50.000,00 €	1.000,00 €	2,00%	1.000,00 €			

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Compras	Rev. Perdas Imparidade	Outros Aum.	Alienações	Perdas imparidade	Outras Diminuições	
Associadas								
41229 - Outros	28.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.500,00
Outras entidades								
41411 - FAM - Fundo de Apoio Municipal	322.096,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	322.096,50
Total:	350.596,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	350.596,50

O valor das Participações Financeiras Consolidadas em 2024 é 597.403,28€, em virtude da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial (MEP).

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

O Município de Mortágua não detém participações em entidades que lhe confirmam o controlo nem exerceu transações com entidades relacionadas.

Quadro 18 - Pessoas chave da gestão

ENTIDADE: Município de Mortágua			
Período de relato: 01/01/2024 a 31/12/2024			
Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade a)	Morada b)
Ricardo Sérgio Pardal Marques	Presidente da Câmara	01/01/2024 a 31/12/2024	Rua do Tanoeiro, n.º 30 - Vale de Açores - 3450-219 Mortágua
Luís Filipe Martins Rodrigues	Vereador em regime de tempo inteiro	01/01/2024 a 31/12/2024	Rua Luís de Camões, n.º 26 - Barril - 3450-157 Mortágua
Ilda Maria Duarte de Matos	Vereador em regime de tempo inteiro	01/01/2024 a 31/12/2024	Rua da Levegada, n.º 4 - Marmeleira - 3450-097 Marmeleira
Nuno André Rodrigues Faustino	Vereador em regime de não permanência	01/01/2024 a 31/12/2024	Rua Tomás da Fonseca n.º 11 - Mortágua - 3450-123 Mortágua
Streve de Matos	Vereador em regime de não permanência	01/01/2024 a 31/12/2024	Urbanização Quinta do Bosque, n.º 119 R/C - Viseu - 3510-010 Viseu

a) No caso de se verificarem alterações de responsáveis durante o período de relato, deverá indicar-se o período em que exerceram funções

b) Morada completa e atualizada, incluindo código postal

Nota 23 – Outras divulgações

Nota 23.1 – Transferências e subsídios não reembolsáveis

Em 31/12/2024, a rubrica de transferências e subsídios não reembolsáveis tinha a seguinte composição:

Rúbrica	31-12-2024	
	Saldo Débito	Saldo Crédito
Devedores por Transferências e subsídios não reembolsáveis		
Estado	6 250,00 €	0,00 €
Fundos Comunitários	5.778.387,76 €	0,00 €
Total	5.784.637,76 €	0,00 €

Nota 23.2 – Outras contas a receber

Em 31/12/2024, a rubrica de outras contas a receber tinha a seguinte composição:

Rúbrica	31-12-2024	
	Saldo Débito	Saldo Crédito
Outras contas a receber		
Impostos e taxas imputados ao período		
Impostos e taxas imputados ao período - IVA	161.525,00 €	
Impostos e taxas imputados ao período - IMI	1 243 776,13 €	
Impostos e taxas imputados ao período - IMT	31 414,19 €	
Impostos e taxas imputados ao período - DERRAMA	454.477,90 €	
Impostos e taxas imputados ao período - OUTROS	20.377,63 €	
	1.911.570,85 €	0,00 €
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros a receber	1 931,33 €	
Rendas a receber	244 571,41 €	
Outros acréscimos de rendimentos	222 761,12 €	
	469.263,86 €	0,00 €
Total	2.380.834,71 €	0,00 €

A rubrica de Impostos e taxas imputados ao período, inclui os montantes de IVA, IMI, IMT, DERRAMA que foram especializados durante o ano de 2024, cujo rendimento será reconhecido em exercícios futuros.

A rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos, inclui juros a receber, rendas e outros rendimentos.

Nota 23.3 – Património Líquido

Conforme consta do mapa da demonstração das alterações no património líquido, os movimentos referentes ao Património Líquido do exercício 2024, justificam-se do seguinte modo:

Em 2024, o valor do Património Líquido de 53.264.214,13, apresenta a contrapartida do ajustamento registado no Ativo.

O Resultado Líquido do Exercício consolidado, apresenta um valor de -496.155,31€, diferente do registado na demonstração de resultados individual do Município de Mortágua, em resultado da mensuração dos investimentos financeiros na sociedade ecobeirão, efetuada por recurso à aplicação do método de equivalência patrimonial.

Rúbrica	31-12-2024	
	Saldo Débito	Saldo Crédito
Património/capital		
Balanço inicial		44.395.167,16 €
Retificações ao balanço inicial		1.763.826,35 €
		46.158.993,51 €
Reservas		
Reservas Legais		819.339,09 €
		819.339,09 €
Resultados transitados		
De períodos anteriores	5.343.362,40 €	
Regularizações		579.345,90 €
Ajustamentos de transição para SNC-AP	1.964.208,78 €	
	6.728.223,28 €	
Ajustamentos em ativos financeiros		
Outros		251.034,56 €
		251.034,56 €
Outras variações no património líquido		
Subsídios p/ aquisição de ativos depreciables		8.463.411,36 €
Subsídios p/ aquisição de ativos não depreciables		125.676,24 €
Outras transferências e subsídios de capital		4.526.795,97 €
Doações obtidas		125.430,00 €
Outras variações do património líquido		17.911,99 €
		13.259.225,56 €
Resultado Líquido do Período	496.155,31 €	
Total do Património Líquido		53.264.214,13 €

Nota 23.4 – Outras contas a pagar

Em 31/12/2024, a rubrica de Outras contas a pagar tinha a seguinte composição:

Rúbrica	31-12-2024	
	Saldo Débito	Saldo Crédito
Outras contas a pagar		
Credores por aumentos de gastos		
Remunerações a liquidar		663.899,20 €
Juros a liquidar e outros gastos financeiros		2.567,78 €
Outros aumentos de gastos		177.864,13 €
Outros credores		9.627,73 €
	0,00 €	853.958,84 €
Total	0,00 €	853.958,84 €

Nota 23.5 – Diferimentos

Em 31/12/2024, a rubrica de Diferimentos tinha a seguinte composição:

Rúbrica	31-12-2024	
	Saldo Débito	Saldo Crédito
Diferimentos		
Subsídios de capital obtidos com condições		
Cooperação técnica e financeira	0,00 €	5.931.314,92 €
Outros	0,00 €	12.826,93 €
	0,00 €	5.944.141,85 €
Total	0,00 €	5.944.141,85 €

Nota 23.6 – Fornecimentos e serviços externos

Em 31/12/2024, a rubrica de FSE tinha a seguinte composição:

Conta	Rubrica	Valor
62	Fornecimentos e serviços externos	
621	Subcontratos e parcerias	231.226,92 €
6211	Serviços de saúde	881,42 €
6213	Serviços de transporte	1.933,31 €
62142	Centinas escolares - refeições para confecionar	214.419,89 €
62149	Outras	7.190,54 €
62152	Ocupação de tempos livres	1.096,50 €
62161	Bançamento Básico	2.029,50 €
6218	Tecnologias de informação e comunicação	504,30 €
62191	Realização e treino	3.042,23 €
62192	Iluminação Pública	103,60 €
62199	Outras	279,29 €
622	Serviços especializados	1.325.982,18 €
6221	Trabalhos especializados	427.212,72 €
62211	Estudos, pareceres e consultoria jurídica	16.174,50 €
62212	Projetos e serviços de informática	53.809,32 €
62213	Estudos e projetos de arquitetura e fiscalização de obras	18.450,00 €
62214	Estudos de organização, económico-financeiros e de auditoria	26.280,70 €
62215	Qualidade e segurança no trabalho	5.162,39 €
62217	Formação ao pessoal	415,00 €
622191	Trabalhos de impressão	23.777,71 €
622192	Ensaio e Análises Técnicas	18.541,37 €
622199	Outras	266.621,70 €
6222	Publicidade, comunicação e imagem	17.212,98 €
6223	Vigilância e segurança	64.036,76 €
6224	Honorários	418.525,38 €
6225	Consultas	41.757,39 €
62251	De cobrança de impostos e taxas	41.757,39 €
6226	Conservação e reparação	367.213,97 €
62261	Conservação e reparação de ativos fixos	285.302,34 €
622611	Edifícios	115.638,47 €
622612	Equipamentos	109.771,73 €
622613	Veículos	57.513,31 €
622619	Outras	8.378,83 €
62262	Assistência técnica	34.864,26 €
622621	Edifícios	26.393,69 €
622622	Equipamentos	6.240,37 €
622623	Veículos	1.430,50 €
622629	Outras	767,70 €
62269	Outros gastos de Conservação e reparação	37.047,37 €
622691	Espécies Verdes	30.099,07 €
622699	Outras	6.947,70 €
623	Materiais de consumo	95.923,55 €
6231	Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	7.796,27 €
62311	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	6.135,03 €
62312	Materiais/Peças	1.661,24 €
6233	Material de escritório	8.947,40 €
6234	Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	48.731,46 €
6236	Material de educação, cultura e recreio	4.848,20 €
6238	Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	23.474,43 €
6237	Medicamentos e artigos para a saúde	1.099,65 €
6238	Produtos químicos e de laboratório	1.020,15 €
63	Energia e fluidos	889.253,61 €
6341	Electricidade	538.316,40 €
6342	Combustíveis e lubrificantes	214.534,89 €
6343	Água	113.402,32 €
635	Deslocações, estadas e transportes	388.789,41 €
6354	Transporte escolar	15.694,03 €
6359	Outras	343.095,38 €
638	Serviços diversos	1.021.146,42 €
6391	Rendas e alugueres	8.121,00 €
6392	Comunicação	55.655,82 €
6393	Seguros	56.307,39 €
6395	Confiança e notariado	1.214,12 €
6397	Limpeza, higiene e conforto	44.406,57 €
6398	Outros serviços	853.439,52 €
63991	Serviços desportivos	5.764,23 €
63992	Serviços de Educação	146.389,49 €
63999	Outras	703.295,80 €
	Total de Fornecimentos e serviços externos	3.899.295,69 €

Nota 23.7 – Gastos com pessoal

Em 31/12/2024, a rubrica de Gastos com pessoal tinha a seguinte composição:

Rúbrica	31-12-2024	
	Saldo Débito	Saldo Crédito
Gastos com pessoal		
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania	167.451,43 €	
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	4.000,02 €	
Remunerações do pessoal	3.775.876,96 €	
Encargos sobre remunerações	824.886,20 €	
Acidententes no trabalho e doenças profissionais	82.711,16 €	
Outros gastos com pessoal	16.482,11 €	
Outros encargos sociais	46.350,14 €	
	4.917.758,02 €	0,00 €
Total	4.917.758,02 €	0,00 €

Nota 23.8 – Transferências e subsídios concedidos

Em 31/12/2024, a rubrica de Transferências e subsídios concedidos tinha a seguinte composição:

Rúbrica	31-12-2024	
	Saldo Débito	Saldo Crédito
Transferências e subsídios concedidos		
Administração Local	677.863,58 €	
Instituições sem fins lucrativos	780.718,52 €	
Transferências de capital concedidas	88.901,00 €	
Outros subsídios e transferências de capital	649.351,05 €	
	2.196.834,15 €	0,00 €
Total	2.196.834,15 €	0,00 €

Nota 23.9 – Outros rendimentos

Em 31/12/2024, a rubrica de Outros rendimentos tinha a seguinte composição:

Rúbrica	31-12-2024	
	Saldo Débito	Saldo Crédito
Outros rendimentos		
Ganhos em inventários		1.240,32 €
Rendimentos nos restantes ativos financeiros		863,59 €
Rendimentos em investimentos não financeiros		691.928,79 €
Outros		1.106.363,21 €
	0,00 €	1.800.395,91 €
Total	0,00 €	1.800.395,91 €

Nota 23.10 – Outros gastos

Em 31/12/2024, a rubrica de Outros gastos tinha a seguinte composição:

Rúbrica	31-12-2024	
	Saldo Débito	Saldo Crédito
Outros gastos		
Impostos e taxas	33.034,00 €	
Perdas em inventários	36,44 €	
Gastos em investimentos não financeiros	977,34 €	
Outros	230.594,78 €	
	264.642,56 €	
Total	264.642,56 €	0,00 €

Município de Mortágua

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

Rubricas	LIQUIDAÇÕES	2024	Rubricas	OBRIGAÇÕES	2024
	Receitas correntes	12.664.378,92		Despesa corrente	10.602.712,63
R011	Impostos diretos	2.116.273,68	D01	Despesas com o pessoal	5.018.489,98
R012	Impostos indiretos	0,00	D011	Remunerações Certas e Permanentes	4.096.820,98
R03	Taxas, multas e outras penalidades	133.632,96	D012	Abonos Variáveis ou Eventuais	39.346,23
R04	Rendimentos de propriedade	658.645,02	D013	Segurança social	882.322,77
R05	Transferências e subsídios correntes	9.051.445,66	D02	Aquisição de bens e serviços	3.075.579,85
R5.1	Transferências correntes	9.051.445,66	D03	Juros e outros encargos	38.427,93
R0511	Administração Central - Estado Português	8.934.617,47	D04	Transferências correntes	1.711.468,76
R0512	Exterior - U E	116.828,19	D04111	Administração Central - Estado Português	0,00
R0513	Outras	0,00	D04115	Administração Local	714.532,20
R06	Venda de bens e serviços	684.495,53	D0412	Entidades do setor não lucrativo	799.031,22
R07	Outras receitas correntes	19.886,07	D0413	Famílias	197.905,34
	Receita de capital	2.012.934,87	D0414	Outras	0,00
R08	Venda de bens de investimento	19.002,46	D042	Subsídios	0,00
R09	Transferências e subsídios de capital	1.993.932,41	D05	Outras despesas correntes	758.746,11
R0911	Administração Central - Estado Português	1.993.932,41		Despesa de capital	4.008.297,29
R0912	Administração Central - Outras entidades	0,00	D06	Aquisição de bens de capital	3.213.947,16
R093	Outras	0,00	D07	Transferência e subsídios de capital	794.350,13
R10	Outras receitas de capital	0,00	D07111	Administração Central - Estado Português	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	3.351,11	D07115	Administração Local	345.346,09
	Receita efetiva [2]	14.680.664,90	D0712	Entidades do setor não lucrativo	449.004,04
	Receita não efetiva [3]	0,00	D0713	Famílias	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	D08	Outras despesas de capital	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00		Despesa efetiva [5]	14.611.009,92
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	14.680.664,90		Despesa não efetiva [6]	160.493,13
			D9	Despesa com ativos financeiros	0,00
			D10	Despesa com passivos financeiros	160.493,13
				Soma [7]=[5]+[6]	14.771.503,05

Município de Mortágua

Demonstração consolidada do desempenho orçamental

RUBRICA RECEBIMENTOS		2024	RUBRICA PAGAMENTOS		2024
	Saldo da gerência anterior	3.779.842,47			
	Operações Orçamentais [1]	3.677.310,12			
	Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00			
	Operações de tesouraria [A]	102.532,35			
	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00			
	Receita corrente	12.547.550,73		Despesa corrente	10.602.712,73
R1	Receita Fiscal	2.116.273,68	D1	Despesas com o pessoal	5.018.489,98
R1.1	Impostos diretos	2.116.273,68	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	4.096.820,98
R1.2	Impostos indiretos	0,00	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	39.346,23
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	D1.3	Segurança Social	882.322,77
R3	Taxas, multas e outras penalidades	133.632,96	D2	Aquisição de bens e serviços	3.075.579,95
R4	Rendimentos de propriedade	658.645,02	D3	Juros e outros encargos	38.427,93
R5	Transferências e subsídios correntes	8.934.617,47	D4	Transferências e subsídios correntes	1.711.468,76
R5.1	Transferências correntes	8.934.617,47	D4.1	Transferências correntes	1.711.468,76
R5.1.1	Administrações Públicas	8.934.617,47	D4.1.1	Administrações Públicas	714.532,20
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	8.817.789,28	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	116.828,19	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	D4.1.1.3	Segurança Social	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	D4.1.1.5	Administração Local	714.532,20
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	799.031,22
R5.1.3	Outras	0,00	D4.1.3	Famílias	197.905,34
R5.2	Subsídios correntes	0,00	D4.1.4	Outras	0,00
R6	Venda de bens e serviços	684.495,53	D4.2	Subsídios correntes	0,00
R7	Outras receitas correntes	19.886,07	D5	Outras despesas correntes	758.746,11
	Receita de capital	2.012.934,87		Despesa de capital	4.008.297,29
R8	Venda de bens de investimento	19.002,46	D6	Aquisição de bens de capital	3.213.947,16
R9	Transferências e subsídios de capital	1.993.932,41	D7	Transferência e subsídios de capital	794.350,13
R9.1	Transferências de capital	1.993.932,41	D7.1	Transferências de capital	794.350,13
R9.1.1	Administrações Públicas	1.993.932,41	D7.1.1	Administrações Públicas	345.346,09
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1.993.932,41	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	D7.1.1.5	Administração Local	345.346,09
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	449.004,04
R9.1.3	Outras	0,00	D7.1.3	Famílias	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	D7.1.4	Outras	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	D7.2	Subsídios de capital	0,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	3.351,11	D8	Outras despesas de capital	0,00
	Receita efetiva [2]	14.563.836,71		Despesa efetiva [5]	14.611.010,02
	Receita não efetiva [3]	0,00		Despesa não efetiva [6]	160.493,13
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	D10	Despesa com passivos financeiros	160.493,13
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	18.241.146,83		Soma [7]=[5]+[6]	14.771.503,15
	Operações de tesouraria [B]	43.618,45		Operações de tesouraria [C]	0,00
				Saldo para a gerência seguinte	3.615.794,48
				Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	3.469.643,68
				Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	146.150,80
				Saldo global [2] - [5]	-47.173,31
				Despesa primária	14.572.582,09
				Saldo corrente	1.944.838,00
				Saldo de capital	(1.995.362,42)
				Saldo primário	-8.745,38
				Receita total [1] + [2] + [3]	18.241.146,83
				Despesa total [5] + [6]	14.771.503,15

documentos
DE **prestação**
DE **contas**
2024

MUNICÍPIO DE MORTÁGUA

RELATÓRIO DE AUDITORIA
DE FINALIDADE ESPECIAL

CONTAS CONSOLIDADAS



MORTÁGUA
MUNICÍPIO



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S R O C nº 176 * CMVM nº 20161478

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Mortágua** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em **31 de dezembro de 2024** (que evidencia um total de 61.437.807,46 euros e um total de património líquido de 53.264.214,13 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 496.155,31 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria descrita na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Mortágua** em 31 de dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, e de acordo com o contrato datado de 24 de julho de 2023.

Bases para a opinião com reservas

1. Conforme divulgado na nota 4 do Anexo e para efeitos de aplicação da NCP 4 – “Acordos de Concessão de Serviços: Concedente”, não foram reconhecidos os ativos proporcionados pelo concessionário EDP ou melhorias nas infraestruturas do Município, e quanto a estas não foram reclassificadas como ativos de concessão de serviços. Assim, não estamos em condições de formar opinião sobre o impacto que o seu reconhecimento teria nas contas de Ativos Fixos Tangíveis e Diferimentos do Passivo.

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras deste relatório. Somos independentes da Sociedade de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

Não nos foi possível confirmar o registo predial da titularidade de alguns bens imoveis que integram o Ativo Fixo Tangível e cujo valor líquido é de 800.627,26 euros. Tal facto não influencia o reconhecimento e mensuração dos mesmos nas demonstrações financeiras.

Conforme mencionado na nota 5 do Anexo, existe património que não está avaliado e que por consequência não se encontra valorizado no património do Município.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S R O C n.º 176 * CMVM n.º 20161478



A execução orçamental global da despesa e da receita no exercício de 2024 foi respetivamente de 80,61% e de 99,54%. No exercício de 2023 as taxas de execução global da despesa e da receita foram de 71,75% e de 90,93%, respetivamente.

O limite da dívida é de 15.258 milhares euros, sendo a dívida total, excluindo as dívidas não orçamentais de 1.328 milhares euros. Assim, o município apresentava a 31 de dezembro de 2024 um valor de dívida total dentro dos limites legais definidos na Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, correspondente a 0,13 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três anos.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

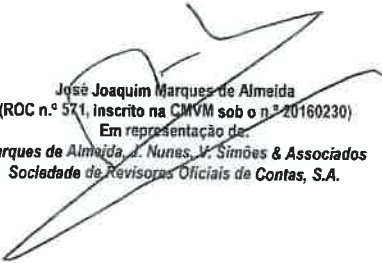
NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S R O C nº 176 * CMVM nº 20161478

- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão.

- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam colocar em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e os resultados significativos da auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Coimbra, 18 de junho de 2025


José Joaquim Marques de Almeida
(ROC n.º 571, inscrito na CMVM sob o n.º 20160230)
Em representação de:
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S R O C nº 176 * CMVM nº 20161478



Exmo. Senhor Presidente da
CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA
R. Dr. João Lopes de Morais,
3450-153 Mortágua

Exmos Senhores,

1. O presente relatório é emitido com base na Circular n.º 61/2009 - Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria, da OROC.
2. Procedemos à revisão legal das contas consolidadas desse Município relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos o respetivo relatório do auditor independente com data de 18 de junho de 2025.
3. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:
 - 3.1. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pelo Município e que se encontram divulgadas no Anexo.
 - 3.2. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
 - 3.3. Verificação das operações de consolidação, nomeadamente a adoção do método de consolidação de equivalência patrimonial, a eliminação dos valores das participações financeiras pela correspondente fração nos capitais próprios da empresa participada, a evidenciação das respetivas diferenças de consolidação e os critérios de homogeneização da informação.
 - 3.4. Solicitação da Declaração do Órgão de Gestão.
4. Em consequência do trabalho efetuado, entendemos dever relatar alguns aspetos que, por não terem materialidade, não foram incluídos no nosso relatório do auditor independente.




**MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS**

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S R O C n.º 176 * CMVM n.º 20161478

5. Finalmente, cumpre-nos informar que apreciamos o relatório do Órgão de Gestão e que verificámos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.
6. Como nota final, gostaríamos de salientar e agradecer toda a colaboração recebida dos colaboradores e responsáveis do Município.

Coimbra, 18 de junho de 2025


José Joaquim Marques de Almeida
(ROC n.º 571, inscrito na CMVM sob o n.º 20160230)
Em representação de:
Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES
& ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50 000 € * S R O C n.º 176 * CMVM n.º 20161478



MUNICÍPIO DE MORTÁGUA

Contas Consolidadas de Finalidade Especial

31 de dezembro de 2024

Anexo ao Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria de 18 de junho de 2025

Como Anexo ao Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria é emitido este documento. São aqui enunciadas algumas situações que podem ser melhoradas para efeitos de um maior rigor contabilístico, de um melhor controlo interno ou de uma melhor produção de informação para a gestão. De ressaltar que as situações aqui descritas são as que foram detetadas no decurso da auditoria a qual foi efetuada com o objetivo de emitir um parecer sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas de Finalidade Especial reportadas a 31 de dezembro de 2024.

I - PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO

1. O processo de consolidação tem como entidade consolidante o Município De Mortágua, as demonstrações financeiras consolidadas de finalidade especial foram preparadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com as disposições previstas no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro e as Normas de Contabilidade Pública 18 e 23 do SNC-AP.

Conforme referido no relatório de gestão consolidado, para o Município de Mortágua, as entidades incluídas no perímetro de consolidação é a ECOBEIRÃO – Sociedade de Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão, EIM, S.A. em relação à qual foi aplicado o método de equivalência patrimonial.

Relativamente à empresa integrada no perímetro de consolidação e no caso sujeita a revisão legal de contas, baseámos a nossa opinião na respetiva Certificação Legal das Contas, emitida por aquele órgão de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhe são aplicáveis.

Para o efeito foi-nos disponibilizada a Certificação Legal das Contas e o Relatório e Parecer do Fiscal Único da empresa ECOBEIRÃO – Sociedade de Tratamento de Resíduos do Planalto Beirão, EIM, S.A., com data de 28/03/2025, que continha uma opinião sem reservas e sem ênfases.